
A CAMPANHA DA LEGALIDADE: A PERCEPÇÃO DOS SARGENTOS DA BRIGADA MILITAR DE SANTA MARIA SOBRE SUA PARTICIPAÇÃO

A CAMPAIGN OF LEGALITY: PERCEPTIONS OF SERGEANTS BRIGADE MILITARY FROM SANTA MARIA ABOUT YOUR PARTICIPATION

Elheovandro José dos Santos
Graduando em História – UNIFRA
elheovandrosantos@hotmail.com

RESUMO: No ano de 1961 o Brasil passou por uma das maiores crises políticas da sua história. Esta crise mobilizou tanto a sociedade civil como a militar, e foi deflagrada com a renúncia do então Presidente da República Jânio Quadros, no dia 25 de Agosto de 1961, sob alegação de que “forças terríveis” levantaram-se contra ele. O Governador do Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Brizola, levantou-se contra a tentativa dos Ministros Militares tomarem o poder. Essa resistência ficou conhecida como Campanha da Legalidade. A maior força bélica que o governo estadual pode contar foi a Brigada Militar. Após a reconstrução de um breve histórico da Polícia Militar do Rio Grande do Sul, conhecida como Brigada Militar, foi feita uma reconstituição dos principais fatos ocorridos durante aqueles dias, com ênfase na atuação das forças militares estaduais. Entender como os Sargentos da Brigada Militar de Santa Maria percebem na atualidade sua participação é o objetivo deste artigo. Para alcançá-lo nos valem da história oral.

PALAVRAS-CHAVE: Campanha da Legalidade. Sargentos Brigada Militar. Percepções.

ABSTRACT: In 1961 Brazil experienced one of the biggest political crises in its history. This crisis has mobilized both civil society and the military, and was triggered by the resignation of then President of the Republic Jânio Quadros, on August 25, 1961, alleging that "terrible forces" rose allegation against him. The Governor of Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Brizola, rose against the attempt of the Military Ministers take power. This resistance is known as the Campaign of the Legality. The largest military force that the state government can tell was the Military Police. After rebuilding a brief history of the Military Police of Rio Grande do Sul, known as Military Police, was made a reconstruction of the main events during those days, with emphasis on the role of the state military forces. Understand how the Military Police Sergeants Santa Maria realize today its participation is the goal of this article. To reach it we make use of oral history.

KEYWORDS: Campaign of the Legality. Military Brigade Sergeants. Perceptions.

O foco deste trabalho é a análise da percepção que os Sargentos da Brigada Militar de Santa Maria contemporâneos aos dias que se desenvolveu a Campanha da Legalidade, têm sobre sua participação. Para tanto se faz necessário a construção de um breve histórico desta instituição militar em nosso Estado.

A Brigada Militar e o Estado do Rio Grande do Sul

A história da polícia militar no Rio Grande do Sul, que hoje é conhecida como Brigada Militar, se confunde e de certa forma acaba por se identificar com a própria história do Estado. Isso por que o território onde hoje se localiza o Estado do Rio Grande do Sul, desde sua fundação, serviu como terreno de inúmeros conflitos, que fizeram com que os habitantes do território sulino tivessem determinada organização bélica, para garantir a manutenção e sustentação de seus territórios. Segundo Sodré:

A fisionomia militar sulina oferece, assim, características que não se repetem no resto da colônia. Não só as necessidades da guerra externa, levada quase sempre a territórios vizinhos, como as contingência (sic) regionais, com os traços pertinentes ao regime pastoril, criam ali condições específicas” (1979, p. 56).

Assim sendo, o Rio Grande do Sul desde os seus primórdios, é um Estado que se apresenta com forte militarização. Possui esse cunho devido as grandes lutas que envolviam as disputas de terras. Essa necessidade de militarizar-se já pode ser vista no período em que o Estado era uma das capitânicas do reino, a Capitania Geral do Rio Grande de São Pedro. Ainda sobre esta peculiaridade Oliven, nos relata que:

Os conflitos militares em torno da Colônia de Sacramento e as disputas referentes à delimitação de fronteiras significaram uma crescente militarização da região, que em 1760, foi elevada à condição de capitania com o nome de Capitania do Rio Grande de São Pedro (2010, p. 16).

Portanto, desde os primeiros anos da ocupação do atual estado do Rio Grande do Sul, houve maciça militarização. Nesse período o trabalho de policiamento cabia às milícias e

ordenanças. Podemos entender melhor como funcionava a organização dessas forças através da passagem de Mariante:

Nos idos de 1776, o Vice-Rei baixa ao Conde de Cunha ordem-régia, ordenando o “alistamento de todos os moradores das terras do Continente do Rio Grande de São Pedro, sem exceção de nobres, plebeus, brancos, mestiços e pretos, ingênuos ou libertos” (1972, p. 56).

Muitas foram as milícias formadas nesse período dentre elas podemos destacar segundo Mariante, o Regimento de Milícias dos Guaranis, que estava localizado na região das Missões e tinha como função a missão militar de defesa do seu território, exercendo, também, funções policiais, (1972, p. 56); a Milícia dos Henriques, força formada de pretos livres e a Companhia de Milícias dos Homens Pardos, ambas na cidade de Porto Alegre e que tinham como função o policiamento local.

Entretanto a Brigada Militar do Rio Grande do Sul tem sua origem na criação do Corpo Policial no ano de 1837, segundo Mariante, “Comemora a Brigada Militar o dia 18 de Novembro como a data da sua origem, pois, nesse dia e mês do ano de 1937 é que foi criado o Corpo Militar, donde ela provém” (1972, p. 53).

Esse Corpo Policial que deu origem a atual Brigada Militar foi criado por uma lei provincial como nos informa Mariante:

No governo do Marechal- de- campo Antônio Elzeário de Miranda e Brito (42) pela Lei Provincial nº7, de 18 de Novembro desse ano é criado o Corpo de Policial, com um efetivo de 19 oficiais e 344 praças de pé ou a cavalo, como fosse mais conveniente (1972, p. 65).

Cabe destacamos que nesse período a entrada nas forças policiais não se dava por meio de concursos, era por engajamento voluntário, caso não houvesse voluntários, pelava-se para o recrutamento obrigatório, sobre isso Mezzomo, nos diz que:

Aproveitavam-se, assim, os recrutas do Exército para a Força Policial do Rio Grande do Sul. Naquele período, ao que consta, eram obrigados a servir levados mesmo contra a vontade, pois não tinham muita escolha, visto que

representavam mão-de-obra qualificada, dispensando treinamento (2005, p. 34).

Após a sua efetiva organização ela sofreu muitas transformações na sua estrutura e em seu nome. No ano de 1873, o Corpo Policial passou a chamar-se Força Policial. Com o advento da República as instituições brasileiras sofreram muitas mudanças, assim também foi com a Corporação Policial, conforme nos relata Mariante:

Proclamada a República, todas as instituições brasileiras sofreram radical transformação. A Corporação policial não fugiu à regra. Sua denominação foi mudada para Guarda Cívica, por ato de 26 de Dezembro de 1889, sendo assim, a primeira organização policial- militar do Estado, no regime republicano (1972, p. 85).

Essa Guarda Cívica era dotada de um caráter mais militar que formações que a antecederam. Ela tinha como funções manter a tranquilidade pública e auxiliar a justiça, e como objetivos impor um maior respeito e disciplina.

No ano de 1892 a Corporação Policial novamente trocou de nome e voltou a denominar-se Corpo policial. No mesmo ano houve a retomada do governo estadual por Júlio de Castilhos que trocou novamente o nome da Corporação policial de Corpo Policial para Guarda Cívica. Finalmente no ano de 1892 com a extinção da Guarda Cívica foi criada a Brigada Militar denominação que a Corporação policial mantém até os dias atuais. Essa criação se deu durante o governo de Fernando Abbott.

A recém-criada Brigada Militar teve importante atuação na Revolução Federalista de 1893. Para tanto foram tomadas diversas medidas administrativas que visavam militarizar essa força pública regional. Essa corporação militar serviu de aparato coativo do Estado Republicano Castilhista, ou seja, ela foi usada para a manutenção da ordem, a efetivação da Constituição Positivista, para assegurar a autonomia do Estado rente à nação e como garantia da conservação do poder.

Com o fim da Revolução Federalista de 1893, o Estado entrou em um período de certa tranquilidade, que teve fim no ano de 1923, quando uma nova revolução se iniciou. Durante este espaço de tempo a Brigada Militar passou a ter como principal papel zelar pela segurança

da população, garantir o bem estar e os direitos dos cidadãos e manter a tranquilidade e a ordem em todas as regiões do estado.

No ano de 1923 eclode outra revolução no Estado, essa se dá quando partidários contrários ao Governador Borges de Medeiros, alegam fraude nas eleições, nas quais para que houvesse reeleição seria necessário que o candidato alcançasse três quartos dos votos. O aumento das agitações levou a esse movimento armado, que punha de um lado os pica-paus, ou chimangos, e de outro os rebeldes, que ficaram conhecidos como maragatos. Mais uma vez a Brigada Militar entrou em cena, contudo desta vez, embora o governo tenha montado um grande aparato organizacional com a brigada, não houve grandes embates e a revolução teve as mesmas proporções e nem a mesma longevidade da de 1893.

Nos anos que se seguiram a Brigada Militar rio-grandense continuou fazendo o serviço de policiamento, mas também acabou sendo por diversas vezes requisitada pelo governo federal para atuar em outros estados. Dentre estas atuações podemos citar uma campanha em São Paulo no ano de 1924, onde general Izidoro Dias Lopes desejava através de uma luta armada derrubar o poder do presidente Artur Bernardes. A perseguição a Coluna Prestes, que foi um movimento político, liderado por militares, contrário ao governo da República Velha e às elites agrárias. Este movimento ocorreu entre os anos de 1925 e 1927. Teve este nome, pois um dos líderes do movimento foi o capitão Luís Carlos Prestes, essa perseguição se iniciou dentro do Estado e cruzou o país até o norte. Ainda dentro do próprio Estado houve o Combate da Conceição no ano de 1924, quando o caudilho Honório Lemes tentou invadir o Rio Grande do Sul e algumas revoltas como a de São Leopoldo em 1926, a de Santa Maria em 1926 e a de Erechim em 1927 e 1928.

O ano de 1930 foi marcado por mais uma revolução, a Revolução de 1930. Esse novo embate foi causado pela questão da sucessão presidencial, ocasião na qual o candidato Getúlio Vargas foi derrotado nas urnas pelo candidato Julio Prestes, entretanto suspeitava-se que o pleito eleitoral fora ferido. As lutas duraram 21 dias culminando com a instauração de um governo provisório, sob a direção de Getúlio Vargas. Nesse episódio a Brigada Militar teve participação tanto em pequenos combates dentro do Estado como fora, pois foram montados regimentos que se deslocaram até Santa Catarina e o Rio de Janeiro.

Nos anos que se seguiram, a Brigada Militar continuou fazendo o serviço de policiamento. Ao longo dos anos foram criadas algumas novas instituições militares que

faziam parte da brigada, entre elas destacamos o Corpo de Guardas do Porto de Porto Alegre e Corpos Provisórios Rodoviários no ano 1936, o Hospital da Brigada Militar de Santa Maria que entrou em funcionamento no mês de março de 1947, a criação do Regimento de Polícia Rural Montada (RPRMont), que ficou popularmente conhecido como Regimento “Abalarga”, esse último de forma precária que só veio a ser efetivada em 1955.

No ano de 1961 rompeu no país uma nova crise. Com a renúncia do então presidente Jânio Quadros, os ministros militares ambicionaram tomar o poder. O então governador gaúcho, Leonel de Moura Brizola, iniciou uma campanha para que o vice-presidente João Goulart assumisse a presidência, essa campanha ficou conhecida como Campanha da Legalidade. A Brigada Militar se colocou a disposição do governador e esteve em prontidão para a manutenção da ordem e a garantia de que fosse feito o que rege a constituição.

Em 1964 os militares ascendem ao poder onde permanecem até o ano de 1985, neste período as polícias militares dos estados passaram a responder ao exército com a Brigada Militar do Rio Grande do Sul não foi diferente.

A Brigada Militar na cidade de Santa Maria

Logo após a criação da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, em 1892 é fundado na cidade de Santa Maria o 1º Regimento de Cavalaria, que hoje tem o nome de 1º Regimento de Polícia Montada – Regimento Coronel Pillar . A esse respeito Sobrinho (1992, p. 33) Nos diz que: “O Sr. Fernando Abott secretário dos Negócios do Interior e Exterior, no exercício de Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, determina a organização do 1º Regimento de Cavalaria, criado pelo Ato nº 375 de 10 de novembro de 1892”. O primeiro comandante da referida instituição militar foi o Tenente Coronel Fabricio Batista de Oliveira Pillar, que acabou morrendo em combate no mês de setembro do ano de 1894. Com a eclosão da Revolução Federalista, o 1º Regimento de Cavalaria passou a integrar a Divisão do General João Baptista da Silva Teles, que comandava a 2ª Divisão do Exército. A referida divisão estava em operação no sul, percorreu o Estado entrando diversas vezes em combate no ano de 1893. Com o fim da revolução o 1º Regimento passou a desempenhar apenas as funções de policiamento da cidade e região.

Na conturbada década de 1920 o 1º Regimento de Cavalaria, participou ativamente na busca da contenção de diversas revoltas entre elas podemos destacar a Revolução de 1923, onde militares do regimento engrossaram as fileiras de tropas maiores e entraram em combate com revoltosos. A luta e perseguição à Coluna Prestes entre os anos de 1925 e 1927. A revolta dentro da cidade que aconteceu no dia 16 de novembro de 1926. Quando tenentes rebeldes do 7º Regimento de Infantaria e 5º Regimento de Artilharia Montada se rebelaram e entraram em combate com a Brigada Militar. Os dois dias de luta acabaram com 13 mortes e 48 feridos, além de prejuízos em mais de 70 prédios atingidos por canhões e balas de fuzis.

No início do ano de 1930 a Brigada Militar de Santa Maria enviou militares que auxiliaram na Revolução de 1930, que foi um movimento armado, liderado pelos estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, e que culminou com o golpe de Estado que colocou Getúlio Vargas no poder. Passada mais essa revolução a Brigada Militar da cidade de Santa Maria, manteve sua estrutura e só foi sofrer alguma mudança significativa no ano de 1955, quando seu nome passou a ser Regimento de Polícia Rural Montada, com a nova denominação também veio uma nova missão, à de fazer o policiamento das áreas rurais. Assim nos relata Skrebski:

O 1º Regimento sofreu, ao longo de sua existência, alterações em sua denominação. Em 1955, passou a denominar-se Regimento de Polícia Rural Montada, assumindo a guarnição de todo o interior do Estado, em uma ampla missão, que se estendia da ação policial preventiva e repressiva ao campo da ação educativa e assistencial junto à população rural, tendo destacada atuação no combate aos abigeatários. Nesse período os policiais do Regimento ficaram conhecidos como os “Abas Largas”, cognome atribuído em razão da aparência do chapéu por eles utilizado (2011, p. 43).

Foi na década de 70 que a corporação sofreu suas últimas alterações em relação ao seu nome e missão, passando a ser denominado de 1º Regimento de Polícia Montada – Regimento Coronel Pillar, nome que guarda até a atualidade e, passou a desempenhar a função de fazer o policiamento ostensivo.

Entretanto antes dessa última alteração de nome e de função, a Brigada Militar de Santa Maria, assim como a de todo o Estado participou da Campanha Legalidade no ano de

1961, motivada pela tentativa dos ministros militares do país de impedirem a sucessão presidencial após a renúncia do então presidente do país, Jânio Quadros.

A Campanha da Legalidade

No ano de 1961 o Brasil passou por uma das maiores crises políticas da sua história. Esta crise mobilizou tanto a sociedade civil como a militar, e foi deflagrada com a renúncia do então Presidente da República Jânio Quadros, no dia 25 de Agosto de 1961, sob alegação de que forças terríveis levantaram-se contra ele. Cabe ressaltarmos que os acontecimentos das décadas de 1950 e 1960 estão compreendidos no mesmo período da Guerra Fria, embate entre os Estados Unidos da América e a extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Este confronto causava constante medo nos países latino-americanos de que houvesse uma revolução comunista. Konrad, Lameira nos dizem que:

A chamada Guerra Fria e as disputas político-ideológicas que opuseram ao projeto capitalista e liberal o projeto socialista, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, bem como, no plano regional, a Revolução Cubana de 1959, devem ser levados em conta a polarização social e o aumento da luta de classes no início dos anos 1960. Assim como, para entender a Campanha da Legalidade, deve-se prestar atenção à radicalização política daquele período (2011 p.67).

Nas eleições presidenciais de 1960 ascende ao poder, Jânio Quadros que foi eleito coma a maior votação até então, após ter feito uma campanha que apresentava propostas de combate à corrupção, de modernização na forma da administração pública e no combate a inflação. Durante a campanha de Jânio fez sucesso com seu slogan “varre, varre vassourinha, varre, varre a bandalheira”, pois ele traduzia bem propostas feitas pelo candidato à presidência. Com a eleição de Jânio a presidência finalmente os partidários da União Democrática Nacional (UDN) e os militares que a apoiavam chegam ao poder, entretanto Jânio Quadros se mostrou muito mais independente e insubordinado do que eles esperavam.

Jânio Quadros governou durante apenas sete meses, nesse período ele apresentou uma forma de governo que pode ser considerada contraditória. Conseguiu apoio político da elite do país, classe social que ele muito havia criticado. Na política externa, dizia ser contra o

comunismo, mas chegou a condecorar, em agosto de 1961, com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul um dos líderes da Revolução Socialista Cubana, Ernesto Che Guevara. Jânio ainda propôs um plano de política externa independente, que nem estaria ligada aos Estados Unidos da América e tampouco a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, com isso Jânio Quadros desagradou os interesses norte americanos.

Jânio acabou perdendo o apoio político, principalmente da UDN, que tinha como seu principal líder o jornalista Carlos Lacerda, que era o então Governador do Estado da Guanabara. Lacerda chegou a fazer campanha contra Jânio embora não pudesse usar o mesmo argumento usado contra Vargas e Juscelino que foram acusados de corrupção, Lacerda acusou Jânio de ser Golpista. A situação se agravou quando no dia Jânio Quadros assinou uma resolução que anulava as autorizações ilegais outorgadas a favor da multinacional americana Hanna e restituiu as jazidas de ferro de Minas Gerais à reserva nacional. Logo após essa medida os ministros militares pediram a renúncia de Jânio. Lacerda também se pronunciou usando o rádio e a televisão para falar em cadeia nacional, denunciando o suposto envolvimento de Jânio na tentativa de um golpe de estado. Assim no dia 25 de agosto o então Presidente da República, Jânio Quadros, renunciou a presidência, informando que toma tal atitude por que, forças terríveis teriam se levantado contra ele. O Congresso Nacional aceitou prontamente a renúncia de Jânio.

Alguns autores afirmam que dentre essas forças terríveis que estariam contra o presidente estavam os norte americanos, que estavam descontentes com a política externa brasileira, entre eles podemos citar Flávio Tavares, já outros como Geneton Moraes Neto asseguram que Jânio teria renunciado, pois acreditava que o povo o traria de volta ao poder carregado nos braços e que com isso ele voltaria ainda mais forte do que quando assumiu a presidência.

Essa inesperada renúncia culminou com uma instauração de uma nova crise política no país. Segundo a constituição o vice-presidente deveria assumir imediatamente a presidência, contudo João Goulart estava em viagem à China. Entretanto, Lacerda e os militares aliados pressionaram o Congresso Nacional a não dar posse a Jango que tinha fama de esquerdista. Fama esta que ele ganhou quando era Ministro do Trabalho no governo de Getúlio Vargas, durante seu ministério o salário mínimo foi aumentado em 100% e foi promovida a reforma agrária, atitudes consideradas comunistas, pelos setores conservadores

na época. A cúpula militar aproveitou-se da ausência do vice-presidente para vetar a sua ascensão à presidência, que foi assumida pelo presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzili do Partido Democrático Social (PSD).

Os ministros militares com esta manobra objetivavam a tomada do poder. O então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, ainda no dia 25 divulgou um manifesto em que apoiava a ascensão de Goulart ao posto de Presidente da República. A defesa da manutenção do Regime Democrático, por parte de Brizola, teve grande repercussão tanto nos meios civis quanto nos militares. Acerca disso, Ferreira nos relata que:

Ao final da tarde do mesmo dia, as primeiras manifestações de rua surgiram em Porto Alegre. Com o apoio de alguns coronéis e generais alocados em postos-chaves no estado do Rio Grande do Sul, e mais o protesto popular, o governador deu início ao movimento que ficou conhecido como Campanha da Legalidade (*apud* FERREIRA & NEVES, 2011, p. 327).

Leonel Brizola entrincheirou-se no Palácio Piratini, local que foi tomado por apoiadores da causa legalista. Na frente Palácio a população acumulava-se cada vez mais e clamava pela manutenção da democracia.

No meio militar o primeiro a prestar apoio à causa de Brizola, foi o Marechal Henrique Teixeira Lott, que divulgou um manifesto no dia 26 defendendo a causa legalista, após a divulgação deste manifesto iniciaram as primeiras manifestações militares de apoio à causa. Sobre este manifesto Konrad nos diz que:

Em 26 de agosto, com a disposição de Odílio Denys de não permitir a posse de Jango, o Marechal Lott lançou seu “Manifesto à Nação”. No contundente documento, Lott conclamou “às forças vivas do país, as forças da produção e do pensamento, aos estudantes e intelectuais, aos operários e ao povo em geral para tomar posição decisiva e enérgica”, em defesa da “Constituição e preservação integral do regime democrático brasileiro”. Além disso, apelou aos “nobres camaradas das forças armadas” para “portar-se à altura das tradições legalistas que marcam a sua história, nos destinos da Pátria” (2012, p. 249).

Em uma manobra rápida e inteligente Brizola tomou posse dos equipamentos da Rádio Guaíba, uma das poucas que não havia sido fechada pelos militares. Brizola determinou que

os estúdios da rádio fossem transferidos para o Palácio Piratini e seus transmissores para a Ilha da Pintada, conforme Ferreira, “A Guaíba, ainda em funcionamento, teve seus estúdios transferidos para o Palácio Piratini e seus transmissores, na Ilha da Pintada, passaram a ser vigiados por 200 homens da Brigada Militar.” (*apud* FERREIRA & NEVES, 2003, p. 327)

Com a instalação da Rádio Guaíba no Palácio Piratini Brizola criou a Rede da Legalidade, conforme Ferreira

Criou-se, desse modo, a Cadeia Radiofônica da Legalidade, centralizando as transmissões de cerca de 150 outras rádios do estado, no resto do país e no exterior, atuando por ondas curtas. A cadeia da Legalidade foi de fundamental importância para o movimento. Ao difundir mensagens de diversas entidades políticas e grupos sociais na defesa da ordem democrática, a sociedade brasileira encontrou canais de informações que rompiam o cerco à censura. Transmitindo também em inglês, espanhol e alemão para o exterior, angariou a simpatia da opinião pública internacional. Nos microfones, Leonel Brizola desacatava os ministros militares, desmoralizando-os publicamente (*apud* FERREIRA & NEVES, 2011, p. 328).

Essa cadeia foi de suma importância para que a Campanha da Legalidade tivesse êxito, pois foi através dela que Brizola conseguiu difundir suas mensagens de apoio à manutenção da democracia. Contudo o poder bélico da Campanha da Legalidade ainda era pequeno e restringia-se a Brigada Militar do Rio Grande do Sul e as Forças Públicas.

As tensões só cresciam até que veio à ordem do Ministro do Exército para que os aviões da 5ª Zona Aérea bombardeassem o Palácio Piratini, algo que só não ocorreu por que os sargentos da referida organização militar, situada em Canoas, colocaram-se contra a ordem e deram-se as mãos, impedindo que os aviões decolassem. Conforme Ferreira: “Os Sargentos, insubordinados, deram-se as mãos em volta dos jatos para impedir a entrada dos pilotos. Mais decididos, esvaziaram os pneus e desarmaram os aviões” (*apud* FERREIRA & NEVES, 2011, pg.331).

O Comandante do III Exército, Machado Lopes, para surpresa de todos, após conferência com o Governador Leonel Brizola, mudou de lado e passou a apoiar a causa legalista. Conforme Ferreira,

Com a adesão do general à causa da legalidade, à organização de resistência civil somou-se a militar. Constituiu-se o Comando Unificado das Forças Armadas do Sul, compreendendo o III Exército, a V Zona Aérea, a Brigada Militar e as Forças Públicas, todas sob o comando de Lopes. Além de possuir a mais poderosa artilharia e o mais completo parque de manutenção do país, o III Exército contava com importantes regimentos de infantaria, unidades blindadas e 40.000 homens. Somando aos 13.000 da Brigada Militar, armados e entusiasmados, Machado Lopes contava com um poder de resistência que não poderia ser subestimado pelos ministros militares (*apud* FERREIRA & NEVES 2011, pg.330).

Alguns autores chegam a romantizar o momento da chegada do General Machado Lopes ao palácio, sobre isso Tavares nos diz que:

Algumas versões (vertidas até em livros) fantasiaram que a multidão cantou o Hino Nacional quando os generais desceram do carro, levando-os a perfilar-se e também cantar. Ainda que romanticamente bela trata-se de uma invenção absurda e tola. (2011, p. 86).

Os autores Paulo Markun e Duda Hamilton em seu livro “1961 Que as armas não falem”, descrevem de forma romantizada como teria sido essa chegada dos generais ao Palácio, demonstrando logo após que tudo não passou de uma criação. Hamilton, Markun:

Perto do meio-dia, o general Machado Lopes chegou ao palácio. [...] a massa começa a deslocar-se na direção dos militares, Quando o Hino Nacional “brotando da garganta de milhares de pessoas, petrificou os oficiais. Eles pararam e cantaram com o povo. Machado Lopes estava emocionado e trêmulo. O III Exército estava aderindo à Legalidade”. As imagens feitas por um cinegrafista da TV Tupi, no entanto, mostram o comandante do III Exército descendo calmamente de seu carro oficial, um Chevrolet Bel Air preto com bandeira do III Exército fincada sobre o paralamas direito, entrando Piratini adentro, sem qualquer problema (alguns populares o aplaudiram ao passar), (2001, p. 201-2).

Após aderir a causa legalista Machado Lopes passou a comandar além de suas tropas a 5ª Zona Aérea, as Forças Públicas e a Brigada Militar, que desde o início da crise foi de grande importância à manutenção da ordem em todo o Estado, o poderio bélico da Campanha

da Legalidade cresceu. Essa adesão também trouxe outros apoiadores à causa legalista. Conforme Ferreira,

A rebelião militar alastrou-se pelo país. Inúmeros oficiais, em outros estados, acompanharam Machado Lopes em sua difícil decisão. Alguns declararam obediência à Constituição, outros embarcavam para Porto Alegre e se apresentavam ao General (*apud FERREIRA & NEVES, 2011, pg.331*).

Mesmo com o apoio militar de Machado Lopes e muitos outros militares, Brizola só encontrou apoio no governador de Goiás, conforme Ferreira: “Embora os clamores do governador do Rio Grande do Sul pela posse de Goulart tiveram encontrado ressonância em todo o país, somente o governador de Goiás, Mauro Borges, acompanhou Brizola na resistência frontal aos ministros militares” (*apud FERREIRA & NEVES, 2011, pg.331*).

Assim como no Palácio Piratini em Porto Alegre em frente ao Palácio das Esmeraldas houve aglomeração de pessoas e formação de barricadas, isso fica claro na passagem de Ferreira:

Como Porto Alegre, Goiânia, naqueles dias, tornou-se uma cidade rebelada. O Palácio das Esmeraldas foi cercado por barricadas e ninhos de metralhadoras, fortemente resguardado pela Polícia Militar. Por iniciativa do Governador instituiu-se o “Exército da Legalidade”, composto por estudantes e populares que, armados e uniformizados, patrulhavam a cidade (*apud FERREIRA & NEVES, 2011, p. 333*).

A grande maioria dos governadores mantiveram-se sem maiores manifestações, entretanto o Governador da Guanabara, Carlos Lacerda deu total apoio a tentativa de golpe, abrindo forte onda de repressão e censura na Guanabara. Konrad (2011, p. 250).

As pressões por parte dos legalistas deram resultados, os ministros militares viram-se obrigados a recuar. Aceitaram à posse de João Goulart, contudo Goulart assumiu a presidência sem ter plenos poderes, pois no dia 2 de Setembro a Câmara de Deputados aprovou uma emenda parlamentarista que embora tenha servido para a manutenção do regime democrático tirou do presidente parte de seus poderes.

Brizola foi o líder dessa ação contra o golpe que os ministros militares tentaram impor ao nosso país, golpe este que teria amputado a democracia no ano 1961. A Brigada Militar teve importante atuação nessa resistência, guardou os transmissores da Rádio Guaíba que foram instalados na Ilha da Pintada, mantiveram a ordem da população no Estado, e defendeu o Palácio Piratini. Muito importante nessa atuação da Brigada Militar foi a participação dos sargentos.

A participação dos sargentos santa-marienses da Brigada Militar na Campanha da Legalidade

Durante sua trajetória histórica muitas vezes militares do 1ºRPMon. foram deslocados para as mais diversas missões em todo o Estado. Com os quatro sargentos que foram questionados sobre a sua participação na Campanha da Legalidade não foi diferente. Durante aqueles dias, de incerteza política, cada um deles estava cumprindo uma missão distinta. Assim sendo, a forma como eles veem as suas participações é completamente dessemelhante uma das outras.

Todos os entrevistados passaram pelo mesmo questionamento, “qual foi a sua participação como Sargento na Campanha da Legalidade?” Cada um deles respondeu de acordo com aquilo que recordava e conforme consideravam que podiam falar. O Entrevistado Um respondeu da seguinte forma:

Eu ajudei, eu fiquei três dias três noites sem jantar um minuto, comendo só banana, carregando saco de areia pra fazer a Barricada do Palácio, pra evitar de bombardearem o Palácio. Eu ia de a pé dali do palácio lá nas bananeiras buscar mulher com criança pra elas ficar mostrando a criança, aí a base aérea, e as mulher apresentando as criança assim. Ai bombardearam o Guaíba foi uma mortandade de toneladas de peixes. Passaram as bombas em cima do Palácio, por causa das mulheres quem invento de trazer mais de duzentas mulher com criança mostrando pra base aérea pra que não bombardeassem o palácio e a catedral foi o Bispo aquele que deu essa ideia criança o exército tem que respeitar, ai veio mais de duzentas mulher das bananeiras, ali daquela pobreza né. E eu ajudei a construir de dois metros e meio de altura. E veio os batalhões inclusive um batalhão da Brigada contra nós, veio de baixo, tava hospedado no teatro, ali no teatro. No teatro e depois o Meneghetti mandou desmanchar, dali eles atiravam no palácio, bombardeavam. Por causa daquela barricada que nós fizemos protegendo a catedral e o Palácio e a Assembleia que a assembleia era do outro lado

naquele tempo. Depois que fizeram nova desse lado, mas era tudo do lado de lá. E nós fizemos aquela barricada ali na praça a tela era dupla, dois metros e meio de altura, tudo saco de areia. A bala de fuzil que alcançava até 4 mil metros, num saco de areia ela é rotativa ela perde a força, ela não consegue furar. Quem deu essa ideia foi o General daqui de Santa Maria, Bevilacqua, vamos fazer uma barricada. Exército ajudando, estudante ajudando, brigadiano ajudando aonde eu comandi um 20 metros mais ou menos me quebrei tudo carregando aqueles sacos. Ai bombardearam, só que por causa das mulher, pegaram no fundo da casa, pensando que o Governador morava lá e ele nunca quis morar na casa. Na casa do Governador, ele morava na casa dele e pegou uma bomba no pátio do palácio, uma bomba no pátio do palácio, destruiu tudo um jardim que era uma beleza.

Como podemos observar, através da resposta do Entrevistado Um, em sua narrativa ele mistura informações que são conhecidas através de outros relatos e documentos com outras que remetem a fatos que não se tem conhecimento. Quando ele fala da construção das barricadas, coloca-se como um dos responsáveis por essa ação, tendo em vista que ele era um dos seguranças do Brizola. Sendo assim, pode-se realmente ter sido delegado o comando desta empreitada para ele, haja vista que ele era um dos homens de confiança do Governador. Entretanto em seu relato aparecem muitos fatos que são desconhecidos e que podem ter sido relatados devido a uma construção feita pelo próprio entrevistado. Entre esses relatos podemos destacar a busca de mulheres com crianças para formar uma espécie de barreira na qual os inimigos da Legalidade não ousariam atirar, o bombardeio ao Rio Guaíba e ao jardim do Palácio e a ida de um batalhão com militares, inclusive da Brigada Militar, com a missão de atacar o Palácio. Essas afirmações podem ser delegadas como fruto de uma construção da imaginação do entrevistado, pois não há relatos de qualquer tipo de bombardeio às imediações do Palácio e nem mesmo do deslocamento de mulheres com crianças para o Piratini com tal finalidade. Ainda em relação a um possível batalhão, sabemos que a Brigada Militar, como força estadual, estava quase que na sua totalidade unida às ordens do governador, não havendo contingente de dissidentes suficiente para rebelar-se na capital do Estado. O entrevistado também demonstrou certo conhecimento sobre a potência do armamento empregado no exército na época, pois ele afirma com clareza a ação que a areia tem sobre o projétil de fuzil.

O segundo sargento entrevistado, que chamamos de Entrevistado Dois, fazia parte dos militares que trabalhavam na parte interna do 1º RPMon. O mesmo respondeu o

questionamento: “qual foi a sua participação como Sargento na Campanha da Legalidade?” da seguinte maneira:

A minha atuação foi estar sempre à disposição dos comandantes, nossos superiores e cumprir as suas ordens em favor daquilo que era correto né. Então eu fui um dos elementos que [Pensando], eu trabalhei na arrecadação onde estava o armamento né. Todo o armamento da unidade ali e eu ao mesmo tempo fazia aquela rotina, nunca estava só ali, só à noite que ai a gente, né se recolhia. E eu fiquei no rodizio das atividades que é a alternância no serviço né, tem que olhar o campo, tem que ver como é que tá e trazer as informações corretas, por que ali éramos quatro homens e o principal objetivo era ali, o paiol do Regimento, onde recebiam arma, aquela coisa toda era ali.

Através da resposta do Entrevistado Dois, podemos ver que ele não trata a sua participação com o mesmo romantismo do primeiro entrevistado, entretanto ele também se coloca em uma função de grande importância para a ação desempenhada em sua unidade militar. Ressaltamos que o entrevistado demonstra concordar com a posição tomada pela Brigada, mas deixa mais claro que a sua participação foi principalmente se colocar a disposição para cumprir as ordens dadas por seus superiores. Ele ainda pensou durante alguns segundos para formular o que diria. Embora esse seu comportamento possa parecer normal para lembrar-se do que ele fez no quartel durante aqueles dias, esse espaço de tempo nos pareceu mais em virtude de refletir sobre o que não deveria falar. Tivemos essa impressão, pois, por mais de uma vez, o entrevistado começou a sua resposta e fez uma pausa para pensar. Ao retornar com seu relato, o mesmo, modificou o tom de voz e passou a afirmar algo diferente daquilo que havia falado inicialmente.

Já o terceiro entrevistado, ou Entrevistado Três, era um dos militares que desempenhavam a missão de fazer a patrulha nas áreas rurais, os “Abas Largas”. O mesmo foi recolhido à unidade mais próxima do local onde se encontrava, que no caso foi a unidade localizada na cidade de Rosário do Sul, na região Oeste do Estado. Quando questionado sobre a sua atuação na Campanha da Legalidade a sua resposta foi a seguinte:

Tu sabe que eu fui escalado pra ir, lá tem o aeroporto lá, não sei se ainda tem, tinha naquele tempo tinha o aeroporto lá onde desciam os aviões lá. Inclusive eu fui pro aeroporto fazer, cuidar lá com uma turma de soldados, fomos pro aeroporto passar o dia lá, cuidando pra não haver depredação lá.

Pros cara não fazer buraco na pista ou qualquer coisa pra não descer avião, entende. Então nós fomos lá, mas nós íamos pra cuidar os troços só né.

Esse militar, ao responder sobre sua participação enquanto sargento, procurou minimizar a sua atuação, ele não se vê com grande importância no contexto geral da Campanha da Legalidade. Diferente dos entrevistados anteriores, ele não se coloca como peça chave na ação contra golpista. Ele não adota um tom heroico quando descreve o que fez. Entretanto podemos observar dois pontos importantes em sua fala. A primeira é que naquela região uma das maiores preocupações era em manter a ordem, não deixar que a população aproveitasse aquele momento de incerteza política para ter qualquer tipo de conduta que levasse a baderna. A segunda é que, mesmo que ele minimize o que fez, quando coloca que foi para o aeroporto com os soldados, deixa transparecer que de certa forma ele era um dos comandantes da ação, pois ele não cita nenhum superior hierárquico que se encontraria no aeroporto, apenas os soldados.

O quarto e último entrevistado, era, dentre os sargentos do 1º RPMon., o mais antigo, devido à isso ele ocupava o cargo de comandante da Fazenda Philipson . Cabe ressaltar que, embora tivesse grande prestígio, o Entrevistado Quatro, foi exonerado no ano de 1965, após a instauração da Ditadura Civil Militar no país. Quando questionado sobre sua participação, a sua resposta foi a descrita a seguir:

Em 61 eu tava na fazenda da Brigada aqui em cima, na Philipson aqui, o Regimento aonde eu pertencia tem uma fazenda, até hoje tem lá. E eu fui pra lá e lá estive de agosto de 59 a abril de 62, tive nessa fazenda. Tive como encarregado da fazenda lá né. E eu soube do movimento, por que lá se tratava de plantar, cuidar dos animais, cavalo que tinha cuidar do gado e plantar. E tinha uma olaria também né era o que eu cuidava lá e minha vida era essa.

Podemos observar claramente que esse entrevistado prefere não falar da sua participação na Campanha da Legalidade. Ele fala como se a vida lá na Fazenda Philipson fosse indiferente às incertezas causadas pela renúncia de Jânio Quadros, como as funções agropastoris tivessem sido seguidas sem nenhum tipo de mudança no cotidiano daqueles que se encontravam destacados junto à Fazenda. No entanto, existem alguns fatores que podem

ser usados pra questionar essa aparente calma. Um desses é o fato de rádio ser um instrumento que disseminava muito rápido as informações que também chegavam ao então distrito de Itaara. Como consequência a população estava a par dos acontecimentos e, como ocorreu em todo o Estado, houve algum tipo de movimentação. Outro fator que questiona a tranquilidade é a possível passagem de tropas, mesmo que com pequenos contingentes, algo que seria suficiente para colocar em alerta as guarnições destacadas na fazenda Philipson. A esse respeito o próprio entrevistado em outra parte da entrevista nos revela que:

[...] havia movimento de tropas aqui, inclusive lá na minha fazenda, teve uma fração de tropa aqui de cima, dum destacamento ai, passou lá de noite, eu como comandante era pra ter me abordado, né e ninguém me abordou sobre o assunto. Passou lá o comandante de uma pequena fração né, não sei quantos homens eram. Era pra ter chamado o sargento ali e dize. Olha to aqui na fazenda fazendo tal coisa. Mas não, passaram deram fé em não sei o que lá e foram embora, vieram pra cá.

Após analisarmos os relatos dos quatro sargentos entrevistado, conseguimos inferir que as formas como eles percebem a sua participação na Campanha da Legalidade são totalmente distintas. Mesmo que os Entrevistados Um e Dois coloquem suas ações com um tom de heroísmo, valorizando-se frente aos atos dos demais sargentos, concedendo a si próprios grande importância no desempenho das ordens recebidas, eles veem o papel que desempenharam de forma díspar. Já o Entrevistado Três buscou diminuir sua atuação, como se aquilo que ele fez não tivesse tido qualquer tipo de relevância. E o último entrevistado buscou esconder qual foi a sua real participação na Campanha da Legalidade.

Podemos apontar algumas prováveis causas para as discrepâncias constatadas nos relatos dos entrevistados. Uma delas se baseia na função que cada um dos militares entrevistados desempenhava no ano de 1961. Embora todos ocupassem o cargo de sargento, suas incumbências eram singulares. Não podemos negar que as formas como o sargento que era segurança de Brizola e o que estava na campanha como Aba Larga, veem os acontecimentos da Campanha da Legalidade são diferentes, pois cada um viveu aquele momento de uma forma.

Outra provável explicação para a incompatibilidade das respostas é o posicionamento político que cada um tem na atualidade. Aquele que comungava, e ainda comunga com as

ideias que Brizola, nos traz a memória dos acontecimentos com um tom heroico, que está alinhado com sua inclinação esquerdista. Por outro lado o que era simpático à direita, que se detinha em apenas receber e cumprir ordens nos conta os fatos ocorridos dando-lhes menos importância.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Getúlio Vargas, 1998.

BRUM, Ceres Karam; MACIEL, Maria Eunice; OLIVEN, Ruben George. **Expressões da cultura gaúcha**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Livro 3. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. **O Brasil Republicano: o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Livro 4. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

KONRAD, Diorge Alceno; LAMEIRA, Rafael Fantinel, **Campanha da Legalidade, Luta de Classes e Golpe de Estado no Rio Grande do Sul (1961-1964)**. In: Anos 90 - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 18, n. 33, p. 67 – 98. Porto Alegre, Julho 2011.

KONRAD, Diorge Alceno; **Legalidade e Mundos do Trabalho em Santa Maria (1961)**. In ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 11, p. 247 – 260, **Anais Eletrônicos**, Rio Grande, 2012.

MARIANTE, Hélio Moro. **Crônicas da Brigada Militar Gaúcha**. Porto Alegre: Editora Imprensa Oficial, 1972.

MARKUN Paulo, HAMILTON Duda. **1961: que as armas não falem**. 3. ed. São Paulo: SENAC, 2001.

MEZZOMO, Sócrates Ragnini. **O sofrimento psíquico dos expurgados da Brigada Militar no período da repressão: 1964-1984**. Dissertação de Mestrado em História. Universidade de Passo Fundo. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Curso de Pós-Graduação em História. Passo Fundo, Março de 2005.

MORAIS, Ronaldo Queiroz de. **Guerra civil, modernidade e violência: a Brigada Militar na República Rio-Grandense**. Dissertação de Mestrado em Integração Latino-Americana. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2002.

SKREBSKY, Maria Candida da Silveira. **Os Abas Largas da Brigada Militar em fotografias: políticas arquivísticas para a preservação e difusão da memória**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural, Santa Maria, 2011.

SOBRINHO, Hermito Lopes. **Regimento Coronel Pillar esboço histórico: 1928 - 1942**. 2v. 2. ed. Santa Maria: Ed.. da UFSM, 1992.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A História Militar do Brasil**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979.

TAVARES, Flávio. **1961 O Golpe Derrotado: Luzes e sombras do Movimento da Legalidade**. 2. ed. Porto Alegre: L&PM, 2011.

TEDESCO, João Carlos. **Nas Cercanias da Memória: Temporalidade, experiência e Narração**. Passo Fundo: ED. Da UPF, 2004.